



Estratégia
Concursos

4° SIMULADO

TJ RJ

**TÉCNICO DE ATIVIDADE
JUDICIÁRIA**

PÓS-EDITAL

Simulado Especial

4º Simulado TJ-RJ

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Técnico-29-03>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS

O novo coronavírus, o velho influenza da gripe espanhola e uma anciã, a bactéria da peste bubônica, estão conversando num bar. O vírus daquela gripe que matou 50 milhões de pessoas entre 1918 e 1919 toma uísque e fuma charuto. A *Yersinia pestis*, que eliminou pelo menos um terço da população europeia no século 14, bebe um cálice de sangue. O jovem corona se contenta com uma cerveja. E toma a palavra:

“Pessoal, meu ponto não é matar pessoas só por matar. Mas conscientizar a sociedade sobre o acesso à saúde pública”.

“Ah, esses millennials...”, suspira a bactéria da peste.

Essa é uma piada que está rodando pelo Whats, em forma de cartum.

E ela traz um fundo de verdade. Na época da gripe espanhola, o conceito de saúde ainda engatinhava. Na da peste bubônica, a humanidade ainda era refém do xamanismo. Agora é diferente.

Boa parte do planeta conta com sistemas de saúde funcionais. Prova disso é que, em 1950, a média de expectativa de vida no mundo era de 45 anos; em 2020, 72 anos – 75 no Brasil, 79 nos EUA, 83 na Coreia do Sul. A expectativa de vida de um país, vale lembrar, é um reflexo de dois aspectos do sistema de saúde local: a qualidade dos hospitais e o acesso que a população tem a eles.

Na Coreia do Sul, a qualidade é alta, e o acesso, universal. Os EUA abrigam os melhores hospitais do mundo, mas o acesso é censitário: quem não tem grana está fora. O Brasil, sabemos todos, está longe de ser um centro de excelência, mas desde a criação do SUS, em 1990, toda a população tem direito a saúde gratuita, incluindo remédios caros lá fora, como os antivirais para portadores do HIV.

Alexandre Versignassi

(<https://super.abril.com.br/opiniaovagas-nos-hospitais-o-calcanhar-de-aquiles-no-combate-a-covid-19/>)

01. Infere-se da linguagem figurada no primeiro parágrafo que o coronavírus:

- a) bebe cerveja por simbolizar que este vírus tem menos capacidade de letalidade.
- b) não apresenta o potencial de letalidade dos demais.
- c) traz na sociedade certa conscientização sobre saúde pública.
- d) é insignificante diante dos demais.
- e) mata mais que os demais.

02. A reescrita do trecho “Pessoal, meu ponto não é matar pessoas só por matar. Mas conscientizar a sociedade sobre o acesso à saúde pública.” (2º parágrafo) com preservação da coerência e da correção gramatical está em:

- a) Pessoal! Meu objetivo não é matar pessoas sem uma causa justa. Apesar de conscientizar a sociedade sobre o acesso à saúde pública.
- b) Amigos, minha finalidade não é matar pessoas só por matar. Conquanto conscientizar a sociedade sobre o acesso a saúde pública.
- c) Pessoal, meu desejo não é matar pessoas só por matar. Com tudo conscientizar a sociedade sobre o acesso à saúde pública.
- d) Pessoal, não viso à morte das pessoas sem motivo, mas à conscientização da sociedade sobre o acesso à saúde pública.
- e) Pessoal, não aspiro a aniquilação da sociedade. Porém conscientizar a sociedade sobre o acesso a saúde pública.

03. Pelo contexto, o vocábulo “millennials” significa:

- a) uma geração perdida
- b) pessoas encorajadas
- c) tradicionalismo
- d) coletividade ultrapassada
- e) geração moderna

04. Mantém a correção gramatical e o sentido a inserção de vírgula imediatamente após:

- a) “O vírus daquela gripe” (1º parágrafo)
- b) “entre 1918 e 1919” (1º parágrafo)
- c) “eliminou” (1º parágrafo)
- d) “O jovem corona” (1º parágrafo)
- e) “ser um centro de excelência, mas” (7º parágrafo)

05. O valor do segundo período em relação ao primeiro no trecho “Na da peste bubônica, a humanidade ainda era refém do xamanismo. Agora é diferente.” (5º parágrafo) admite a inserção da seguinte conjunção:

- a) Portanto
- b) No entanto
- c) No entretanto
- d) Porquanto
- e) Conquanto

06. Marque a alternativa cujo termo não caracteriza termo anterior:

- a) “da gripe espanhola” (1º parágrafo)
- b) “da peste bubônica” (1º parágrafo)
- c) “daquela gripe” (1º parágrafo)
- d) “de sangue” (1º parágrafo)
- e) “de saúde” (5º parágrafo)

07. Nas frases “Na da peste bubônica, a humanidade ainda era refém do xamanismo.” (5º parágrafo) e “Na Coreia do Sul, a qualidade é alta, e o acesso, universal.” (7º parágrafo) ocorre o mesmo recurso de coesão, que é:

- a) anáfora
- b) catáfora
- c) substituição lexical
- d) elipse
- e) substituição gramatical

08. Julgue as afirmações e marque a alternativa correta.

I – Na frase “O jovem corona se contenta com uma cerveja.” (1º parágrafo), o pronome átono “se” pode se posicionar após o verbo “contenta”, sem prejudicar a correção gramatical.

II – Na frase “Mas conscientizar a sociedade sobre o acesso à saúde pública.” (2º parágrafo), o acento indicativo de crase é facultativo.

III – Na frase “Essa é uma piada que está rodando pelo Whats, em forma de cartum.” (4º parágrafo), a expressão “é...que” é expletiva e

pode ser excluída do trecho sem comprometer a correção gramatical.

- a) Somente a afirmação I está correta.
- b) Somente a afirmação II está correta.
- c) Somente a afirmação III está correta.
- d) Somente as afirmações I e II estão corretas.
- e) Somente as afirmações II e III estão corretas.

09. A reescrita do trecho “O vírus daquela gripe que matou 50 milhões de pessoas entre 1918 e 1919 toma uísque e fuma charuto.” (1º parágrafo) com preservação da coerência e da correção gramatical está em:

- a) O vírus que matou 50 milhões de pessoas daquela gripe, entre 1918 e 1919 toma uísque e fuma charuto.
- b) O vírus daquela gripe, pela qual foram mortos 50 milhões de pessoas entre 1918 e 1919, toma uísque e fuma charuto.
- c) O vírus daquela gripe da qual matou 50 milhões de pessoas entre 1918 e 1919, toma uísque e fuma charuto.
- d) O vírus daquela gripe cuja morte ocorreu com 50 milhões de pessoas entre 1918 e 1919 toma uísque e fuma charuto.
- e) O vírus daquela gripe onde morreram 50 milhões de pessoas entre 1918 e 1919 toma uísque e fuma charuto.

10. Marque a alternativa que apresenta correção gramatical e manutenção do sentido com a substituição dos trechos sublinhados, que se encontram no 6º e 7º parágrafos, pelos que se encontram entre parênteses.

- a) “Boa parte do planeta conta com sistemas de saúde funcionais.” (A maioria planeta)
- b) “Os EUA abrigam os melhores hospitais do mundo” (EUA)
- c) “mas o acesso é censitário: quem não tem grana está fora.” (aqueles que)

- d) mas desde a criação do SUS, em 1990, toda a população tem direito a saúde gratuita (**todos**)
- e) mas desde a criação do SUS, em 1990, toda a população tem direito a saúde gratuita (**à saúde**)

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)

11. Com referência a LODERJ, assinale a alternativa que não traz uma atribuição do Presidente do Tribunal de Justiça:

- a) dirigir os trabalhos do Tribunal, presidir as eleições para os cargos de direção e as sessões do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e do Conselho da Magistratura.
- b) prover os cargos de Desembargador, Juiz de Direito e Juiz Substituto, na forma e nos casos estabelecidos pelas Constituições da República e do Estado.
- c) organizar tabela de substituição de magistrados em casos de suspeições e faltas ocasionais.
- d) superintender, incluídas as atribuições de órgãos de competência específica, todas as atividades jurisdicionais e administrativas do Poder Judiciário, podendo, para isso, agir diretamente junto a qualquer autoridade.
- e) conceder férias e licenças aos magistrados.

12. De acordo com a LODERJ, é correto afirmar:

- a) Os Desembargadores integrantes do Conselho da Magistratura permanecerão no desempenho da função judicante, e, ainda quando afastados do respectivo exercício, poderão exercer as funções do Conselho.
- b) Os Tribunais do Júri têm competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, apenas.
- c) O Juiz de Direito poderá atuar mais de quatro anos em funções de auxílio à Administração Superior do Tribunal de Justiça.
- d) O juiz de direito designado para o exercício da direção de fórum poderá desempenhá-la por mais de dois anos, salvo situações especiais nas quais o rodízio entre os juízes da Comarca não for possível.
- e) Os juízes com exercício na Primeira Região Judiciária funcionarão em substituição ou auxílio de

juízes de direito de regiões definidas em Resolução, por designação da Presidência do Tribunal de Justiça.

13. Nos termos da Lei n.º 4.620/2005, o provimento dos cargos em comissão, de direção, chefia e assessoramento, será reservado no mínimo de:

- a) 70%, exclusivamente, para os serventuários ativos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.
- b) 50%, exclusivamente, para os serventuários ativos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.
- c) 75%, exclusivamente, para os serventuários ativos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.
- d) 75%, facultativamente, para os serventuários ativos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.
- e) 77%, exclusivamente, para os serventuários ativos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)

14. Em relação às responsabilidades dos servidores do estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Decreto-Lei nº 220/1975, é correto afirmar que:

- a) o servidor responde apenas administrativamente pelo exercício irregular de suas funções.
- b) a responsabilidade civil do funcionário decorre de sua atuação dolosa que importe em prejuízo da Fazenda Estadual ou de terceiros, não se admitindo a responsabilização por mera culpa.
- c) tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o funcionário perante a fazenda estadual em ação regressiva, cuja apresentação se dará após o trânsito em julgado da decisão que condenou a fazenda a indenizar o terceiro prejudicado.
- d) a responsabilidade penal do servidor diz respeito somente aos crimes a ele imputados.
- e) a responsabilidade administrativa resulta de atos comissivos praticados no desempenho do cargo ou função, sendo, por isso, vedada a responsabilização de atos praticados fora do cargo.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)

15. À luz do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é órgão administrativo do Tribunal, exceto

- a) órgão especial
- b) escola da magistratura do estado do Rio de Janeiro
- c) fundo especial do Tribunal de Justiça
- d) escola de administração judiciária
- e) turmas recursais dos juizados

16. À luz da Consolidação Normativa Judicial, no cumprimento de suas funções, os Juízes Auxiliares da Corregedoria e Servidores habilitados poderão elaborar

- a) parecer, rotina administrativa e ordem de serviço.
- b) memorando, parecer e certidão
- c) parecer, rotina administrativa e manual
- d) ofício, declaração e atestado
- e) atestado, memorando e declaração.

17. A Ordem de Serviço é instrumento utilizado para transmitir, no âmbito interno da unidade organizacional, ordens uniformes aos respectivos subordinados visando organizar as atividades da estrutura interna, indicando a maneira de ser conduzido determinado serviço ou atividade.

A Ordem de Serviço proveniente do Juiz de Direito terá sua eficácia sujeita a prévia homologação do Corregedor-Geral da Justiça, a qual deve ser encaminhada

- a) exclusivamente por malote digital, no formato PDF, com assinatura digital ou física do Juiz de Direito, para a Diretoria Geral de Fiscalização e Assessoramento Judicial.
- b) exclusivamente por mensageiro, no formato PDF, com assinatura digital ou física do Juiz de Direito, para a Diretoria Geral de Fiscalização e Assessoramento Judicial.
- c) exclusivamente por malote digital ou mensageiro, no formato PDF, com assinatura digital ou física do Juiz de Direito, para a Diretoria Geral de Fiscalização e Assessoramento Judicial.

d) exclusivamente pela via posta, com assinatura física do Juiz de Direito, para a Diretoria Geral de Fiscalização e Assessoramento Judicial.

e) exclusivamente pelo e-mail institucional, no formato PDF, com assinatura digital ou física do Juiz de Direito, para a Diretoria Geral de Fiscalização e Assessoramento Judicial.

18 Com base na Consolidação Normativa Judicial, assinale a opção correta

a) Provimento é instrumento de caráter normativo interno e externo, por meio do qual, o Presidente do Tribunal organiza seus órgãos e atividades.

b) Convocação é instrumento de divulgação de notícias de interesse geral, normas, instruções ou orientações uniformizadas voltadas para grupos ou atividades específicas ou não, no âmbito interno e externo.

c) Aviso é instrumento pelo qual se convoca Magistrados e servidores para participarem de atividades administrativas;

d) Ato Reservado é instrumento, por meio do qual, o Corregedor-Geral da Justiça dá ciência aos Magistrados de decisões judiciais, exaradas em processos judiciais ou administrativos, que tramitam em segredo de justiça.

e) Convocação é instrumento para determinar providências concernentes ao regime jurídico e a vida funcional do servidor da justiça.

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

19. A Lei nº 13.146/2015 prevê que a pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo. Nesse sentido, é correto afirmar que:

a) A "igualdade de oportunidades" a que se refere o Estatuto diz respeito à igualdade entre as demais pessoas com deficiência que estejam concorrendo ao emprego.

b) A obrigatoriedade de garantir ambiente de trabalho acessível e inclusivo aplica-se apenas às pessoas jurídicas de direito público, não sendo possível atribuir tal ônus às pessoas jurídicas de direito privado.

- c) A pessoa com deficiência terá direito à participação e ao acesso a cursos, treinamentos, educação continuada, planos de carreira, promoções, bonificações e incentivos profissionais oferecidos pelo empregador, quando voltados aos demais trabalhadores nessa mesma condição.
- d) Os programas de estímulo ao empreendedorismo e ao trabalho autônomo, excetuados o cooperativismo e o associativismo, devem prever a participação da pessoa com deficiência e a disponibilização de linhas de crédito, quando necessárias.
- e) É vedada restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, bem como exigência de aptidão plena.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

20. Acerca de valores e virtudes, ética e moral, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A Ética é um ramo da Filosofia, uma ciência, que tem por objeto o estudo da Moral.
- b) A Ética tem distanciado bastante dos Direitos Humanos enquanto critério de justiça uma vez que tem caráter subjetivo e os Direitos Humanos aspectos bastante concretos e objetivos.
- c) A Moral está relacionada às ideias de certo e errado, ou à forma como as pessoas adotam determinadas condutas.
- d) A ética é o conhecimento que oferta ao homem critérios para escolha da melhor conduta, tendo em conta o interesse de toda a comunidade humana
- e) Os valores são manifestações de um ideal voltado para a perfeição, a exemplo dos valores da honestidade, da virtude, da solidariedade e do altruísmo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. Caso a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprove lei de efeitos concretos que, após

aplicada, gerar prejuízos a determinadas pessoas, sabe-se que:

- a) a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro deverá responder pelo referido prejuízo.
- b) o Estado do Rio de Janeiro deverá responder pelo referido prejuízo.
- c) a responsabilidade civil do Estado não alcança, em nenhuma hipótese, a atividade legiferante.
- d) o Estado somente irá responder caso reste declarada a inconstitucionalidade da lei em sede de controle concentrado.
- e) o Estado somente irá responder caso a lei não tenha sido aprovada por unanimidade da casa legislativa.

22. As certidões emitidas pela administração pública são atos administrativos:

- a) constitutivos.
- b) ordinatórios.
- c) negociais.
- d) imperativos.
- e) irrevogáveis.

23. Nos termos previstos na Lei 8.666/1993, não é requisito para a licitação da obra de construção de um hospital público:

- a) projeto básico aprovado pela autoridade competente.
- b) recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações contratuais no exercício financeiro em curso.
- c) recursos financeiros que assegurem o pagamento das obrigações contratuais durante todo o ciclo de vida da obra.
- d) orçamento detalhado, incluindo a composição dos custos unitários.
- e) projeto básico disponível para exame dos interessados.

24. Quanto à exigência de garantia daqueles que são contratados pelo poder público, assinale a alternativa correta à luz da Lei 8.666/1993:

- a) é limitada, em regra, a 1% do valor estimado da contratação.

- b) é limitada, em regra, a 10% do valor do contrato.
- c) a Administração deverá exigir a prestação de garantia sempre que estiver diante das contratações de obras, serviços e compras.
- d) o particular escolherá a modalidade de garantia, entre as alternativas legalmente permitidas.
- e) consiste em condição de habilitação dos licitantes, devendo ser depositada antes do oferecimento da proposta.

25. Em relação à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal atinente aos agentes públicos, assinale a alternativa correta:

- a) O Judiciário está autorizado, em apelo ao princípio da isonomia, a aumentar remunerações dos servidores públicos.
- b) Funcionário em estágio probatório pode ser exonerado sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade.
- c) Os servidores inativos fazem jus à percepção do auxílio-alimentação legalmente concedido aos servidores em exercício do cargo.
- d) É constitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores municipais a índices federais de correção monetária.
- e) A garantia do salário mínimo refere-se a uma parcela da remuneração do servidor público denominada vencimento básico, sendo aplicável ainda que o valor global exceda o mínimo legal.

26. A possibilidade de a Administração executar suas decisões em face dos particulares, utilizando de seus meios próprios, decorre da(o):

- a) presunção de legitimidade dos atos administrativos.
- b) elemento forma do ato administrativo.
- c) tipicidade.
- d) imperatividade.
- e) autoexecutoriedade.

27. Entidades públicas criadas por meio de lei, regidas em geral pelos preceitos de direito público, para desempenho de atividade de regulação e fiscalização profissional são:

- a) autarquias territoriais.
- b) organizações sociais.
- c) agências reguladoras.
- d) fundações públicas.
- e) autarquias corporativas.

28. Acerca do controle da administração pública, julgue os itens a seguir:

- I. reclamação administrativa postulando-se interesse próprio.
- II. recurso apresentado ao pregoeiro em face da inabilitação de determinada empresa no procedimento licitatório.
- III. mandado de segurança.
- IV. revisão do processo administrativo disciplinar.

Assinale a opção que contém todos os instrumentos do controle administrativo acima mencionados:

- a) I, II, III e IV.
- b) I e IV.
- c) I, III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) I e II.

DIREITO CONSTITUCIONAL

29. Um grupo de indivíduos, adeptos de determinada crença, decide se reunir semanalmente com a finalidade de prestar assistência religiosa em hospitais psiquiátricos. Logo na primeira visita feita a um dos estabelecimentos, notaram que havia uma ala do hospital onde estavam sendo mantidas pessoas internadas de forma compulsória, mas que não apresentavam distúrbios psiquiátricos que justificassem a aplicação da medida. O grupo decide, então, impetrar habeas corpus coletivo em favor dos pacientes que se encontravam nessa situação. Pode-se afirmar, com base na CF/88 e na construção jurisprudencial em torno do assunto, que:

- a) Não há impedimento à prestação de assistência religiosa pelo grupo que, no entanto, não possui legitimidade para a impetração de habeas corpus coletivo.

- b) Para que pudessem exercer seu direito de reunião no estabelecimento mencionado, deveria ter sido dado prévio aviso à autoridade administrativa competente.
- c) Uma vez que a legitimidade ativa para a impetração de habeas corpus é universal, poderá o grupo impetrar a ação coletiva em favor de terceiros.
- d) A assistência religiosa em estabelecimentos de internação coletiva deve ser garantida pelo Estado, não podendo ser prestada por particulares.
- e) A referida ação somente poderia ter sido ajuizada caso a prestação da assistência religiosa tivesse sido iniciada há pelo menos um ano.

30. Suponha que tenham sido ajuizados dois mandados de segurança. O primeiro, contra ato ilegal do Superior Tribunal de Justiça; o segundo foi impetrado contra o Tribunal de Justiça Estadual. Com base nas competências dos órgãos do Poder Judiciário estabelecidas na Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) O primeiro será da competência originária do STF, enquanto que o segundo deverá ser julgado pelo STJ.
- b) A primeira ação deverá ser julgada pelo próprio STJ e, caso o mandado de segurança venha a ser denegado, caberá recurso ordinário dirigido ao STF.
- c) A primeira ação deverá ser julgada pelo STJ, sendo irrecurável a decisão proferida em sede de mandado de segurança contra ato do próprio tribunal.
- d) O mandado de segurança contra ato do Tribunal de Justiça deverá ser julgado pelo próprio Tribunal, podendo ser interposto recurso especial, perante o STJ, contra a decisão proferida.
- e) Ambas as ações serão da competência originária do STJ, cabendo recurso ordinário perante o STF, caso venha a ser proferida decisão denegatória.

31. Imagine que tenha sido publicada lei estadual versando sobre procedimentos a serem adotados durante o período das eleições para governador e deputado estadual, bem como sobre a dispensa, por parte dos partidos políticos regionais, do registro de seus respectivos estatutos no TSE. Em seguida, um grupo de ex-parlamentares da Assembleia

Legislativa decide criar um partido seguindo as novas regras impostas pela legislação, no âmbito desse mesmo Estado, visando lançar candidaturas já no próximo pleito. Analisando-se a situação anteriormente exposta, de acordo com a CF/88, é correto afirmar que:

- a) As novas regras trazidas pela inovação legislativa apenas poderão ser aplicadas nas eleições ocorridas um ano após sua publicação.
- b) A lei contraria a Constituição apenas no ponto em que dispensa o registro dos partidos no TSE.
- c) Para que a lei seja considerada válida, é preciso verificar a compatibilidade de seus dispositivos com a lei de normas gerais editadas pela União.
- d) As regras introduzidas pela nova lei são válidas, assim como a criação do partido que, no entanto, não poderá utilizar organização paramilitar.
- e) A Assembleia Legislativa não poderia ter editado lei para tratar do tema, tampouco poderia ter sido criado partido político em âmbito estadual.

32. Dois Estados da Federação, que apresentavam desafios e problemas políticos, econômicos e sociais semelhantes, decidiram se unir para inaugurar um novo ente federado. Após aprovação da população interessada, por meio de plebiscito, e da oitiva das Assembleias Legislativas envolvidas, que se manifestaram contrariamente à alteração pretendida, o projeto seguiu diretamente para o Congresso Nacional, sendo aprovado sob a forma de lei ordinária. De acordo com o disposto na atual Carta Política, é possível concluir que:

- a) A proposta de alteração, caso tivesse sido aprovada de acordo com o rito previsto para as Leis Complementares Federais, seria plenamente válido.
- b) Houve inconstitucionalidade no tocante à criação do novo ente, frente à discordância do Poder Legislativo estadual em relação à proposta.
- c) O projeto seguiu as diretrizes impostas pela Constituição, não havendo que se falar em inconstitucionalidade do projeto de alteração territorial.
- d) Tanto o resultado plebiscitário quanto a oitiva das Assembleias Legislativas possuem caráter meramente opinativo, mas a modificação territorial empreendida deveria ter sido previamente aprovada por meio de lei ordinária de ambos os Estados originários.

e) A Constituição veda que, durante o período estabelecido em Lei Complementar Federal, sejam criados novos entes federados regionais e locais, o que torna a instituição do novo Estado inconstitucional.

33. Três deputados federais e três senadores formularam requerimento para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar fatos relacionados à contratação de construtoras envolvidas em projetos de habitação popular. Apesar da oposição demonstrada pelo restante dos parlamentares federais, a comissão acabou sendo criada e, logo em seguida, foi decretada, por um dos senadores que a integravam, a interceptação telefônica de um dos investigados, fato que gerou indignação ainda maior por parte dos representantes do Poder Legislativo. Pode-se afirmar que, nessa situação:

a) Assiste razão aos parlamentares que manifestaram descontentamento em relação à criação da CPI, que somente poderia ter sido feita pelo requerimento da maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo.

b) As CPIs são criadas no âmbito da Câmara e do Senado, separadamente, sendo vedada a criação de comissões mistas dessa natureza.

c) A criação da CPI deve observar o princípio que garante a representação das minorias, não sendo, portanto, permitido aos demais parlamentares se opor à sua instituição.

d) Tanto a criação da CPI, que não poderia ter sido feita mediante requerimento de apenas seis parlamentares, quanto a decretação da interceptação telefônica, são inconstitucionais.

e) A decretação da medida extrapolou os poderes conferidos pela Carta Constitucional às CPIs, que, embora disponham de poderes próprios das autoridades judiciais, não estão autorizadas à decretação de quebras de sigilo de qualquer espécie.

34. Norival é brasileiro naturalizado, mas mudou-se para o Canadá há dois anos, quando conheceu Jenny, cidadã canadense. Há dois meses, Jenny, grávida de Norival, veio sozinha para o Brasil para cumprir missão diplomática por determinação de seu país de origem e, nessa ocasião, deu à luz ao seu primeiro filho, Peter. Segundo a Constituição Federal, Peter será considerado:

a) Brasileiro nato, desde que faça a opção confirmativa após atingida a maioridade.

b) Estrangeiro, já que Norival é brasileiro naturalizado e Jenny aqui se encontrava em missão oficial do governo do Canadá.

c) Brasileiro Nato, ainda que Jenny, por ocasião de seu nascimento, se encontrasse no Brasil a serviço de seu país de origem.

d) Brasileiro naturalizado, caso sua mãe, ao retornar ao Canadá, venha a registrá-lo em repartição brasileira competente.

e) Canadense, mas poderá solicitar a naturalização brasileira caso venha a residir no Brasil por 15 anos ininterruptos.

35. Rosene foi aprovada em concurso público para exercer cargo de provimento efetivo na justiça estadual. Ao tomar conhecimento da posterior nomeação por meio do Diário Oficial, sua prima Rosília, que já é servidora do mesmo órgão e atualmente exerce a função de diretora da vara onde atua, decide designar Rosene para o exercício de função de confiança na mesma unidade judiciária. Considerando o que entende a jurisprudência e o que dispõe a CF/88 a esse respeito, assinale a afirmativa verdadeira:

a) A designação da prima, por parte de Rosília, para o exercício de função de confiança, caracteriza nepotismo.

b) Rosene poderá exercer a função de confiança mencionada, ainda que na mesma vara judicial de Rosília, sem que reste caracterizado o nepotismo.

c) O nepotismo, no caso, apenas estaria configurado caso Rosene não tivesse prestado concurso público.

d) Caso se tratasse de cargo em comissão, a nomeação de Rosene não seria permitida, mas a função de confiança, que pressupõe a nomeação para cargo efetivo, não possui qualquer restrição.

e) Rosene poderá exercer a função de confiança, desde que não exerça atribuições de chefia na vara para a qual foi designada.

36. Analise as disposições abaixo:

(I). Seis de seus assentos são privativos de brasileiros natos.

(II). São presididos pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

(III). Participa de sua composição o líder da minoria na Câmara dos Deputados.

(IV). Participa de sua composição o Presidente do Senado.

(V). Entre suas competências, encontra-se a de opinar sobre a decretação do estado de defesa.

São características comuns ao Conselho da República e ao Conselho de Defesa Nacional o que foi mencionado em:

- a) II e IV, apenas.
- b) I, II e III.
- c) II e V, apenas.
- d) I, III e V.
- e) II, IV e V.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

37. A Lei nº 13.105/2015 estabelece as normas fundamentais do processo civil. Considerando o disposto no Código, assinale a alternativa correta:

- a) O Princípio da Demanda não apresenta exceções e, assim, o processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial.
- b) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- c) O autor e o réu devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva. Tal previsão é inaplicável ao magistrado em razão da alta demanda do Judiciário.
- d) Em casos de segredo de justiça, será autorizada a presença apenas das partes envolvidas e de seus advogados.
- e) É de competência exclusiva dos conciliadores e mediadores estimularem as partes à solução consensual dos conflitos.

38. O Código de Processo Civil estabelece que se determina a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial. No entanto,

algumas situações processuais podem ensejar sua modificação, a exemplo da conexão e da continência. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) Diz-se que há conexão entre duas ou mais ações quando lhes for comum as partes ou a causa de pedir.
- b) Os processos de ações conexas devem ser reunidos, ainda que um deles já tenha sido sentenciado.
- c) A conexão é aplicável à execução de título extrajudicial e à ação de conhecimento relativa ao mesmo ato jurídico, mas não é cabível em execuções fundadas no mesmo título executivo.
- d) Dá-se a continência entre duas ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.
- e) Havendo continência, as ações serão necessariamente reunidas.

39. O Código de Processo Civil prevê a ocorrência do conflito de competência entre os juízes. Considerando o tema, indique a alternativa correta:

- a) Há conflito positivo de competência quando dois ou mais juízes se consideram incompetentes para a causa, atribuindo um ao outro a competência.
- b) Há conflito negativo de competência quando dois ou mais juízes se declaram competentes.
- c) Há conflito de competência quando entre dois ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.
- d) Há conflito de competência quando há controvérsia apenas sobre a reunião de processos (fase inicial do procedimento), não sendo possível quanto à separação de processos (fase mais avançada do procedimento).
- e) O juiz que não acolher a competência declinada deverá suscitar o conflito, ainda que atribua a competência a outro juízo.

40. A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu. No entanto, nem sempre o réu apresenta certo e conhecido pelo autor.

Assinale a alternativa que não se adequa às previsões do Código de Processo Civil:

- a) Quando o réu for domiciliado em três cidades distintas em razão do seu trabalho, poderá ser demandado no foro de qualquer das cidades.
- b) O réu poderá ser demandado onde for encontrado ou no foro do domicílio do autor quando o seu domicílio for incerto.
- c) Se o réu não tiver domicílio no Brasil, o autor deverá aguardar o seu regresso para que possa demandá-lo em juízo.
- d) Quando dois réus apresentarem domicílios diferentes, o autor poderá escolher onde irá demandá-los.
- e) A execução fiscal será proposta no foro de domicílio do réu, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado.

41. Pode-se compreender os prazos processuais como os períodos de tempo definidos pela lei, estipulados pelo juiz ou convencionados pelas partes. Considerando as disposições do Código de Processo Civil sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz poderá prorrogar os prazos por até 2 meses nas comarcas, seções ou subseções judiciárias onde o transporte for difícil.
- b) Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, mediante requerimento.
- c) A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, de maneira expressa ou tácita.
- d) Os prazos serão contados incluindo o dia do começo e excluindo o dia do vencimento.
- e) O juiz proferirá despachos no prazo de 5 dias, as decisões interlocutórias no prazo de 15 (quinze) dias e as sentenças em 30 dias.

42. Para fins de contagem dos prazos processuais, é fundamental saber qual é considerado o dia do começo do prazo. De acordo com o Código de Processo Civil, pode-se afirmar que:

- a) Em se tratando de citação ou intimação eletrônica, o dia do começo do prazo será o dia útil seguinte à

consulta ao teor da citação ou da intimação ou ao término do prazo para que a consulta se dê.

- b) Se a intimação for realizada por um oficial de justiça, o começo do prazo será quando do cumprimento do mandado pelo auxiliar da justiça.
- c) Quando o chefe de secretaria intima o autor ou réu na própria Vara, o dia de começo será no dia útil seguinte.
- d) Caso a citação seja feita por correio, considera-se como começo do prazo a data de recebimento no domicílio da parte.
- e) Havendo mais de um intimado, o prazo será contado sempre a partir do último litisconsorte a tomar conhecimento do ato processual.

43. A coisa julgada material é a qualidade de imutabilidade do dispositivo da sentença, que impede que seja revisto em outros processos.

- a) A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito sempre tem força de lei nos limites da questão principal e da questão prejudicial.
- b) Os motivos não fazem coisa julgada, salvo quando forem importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.
- c) É completamente vedado que o juiz decida novamente as questões já decididas relativas à mesma lide.
- d) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, mas poderá prejudicar terceiros em alguns casos.
- e) Transitada em julgado a decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido.

44. Sobre o agravo de instrumento é correto que:

- a) As decisões interlocutórias do incidente de assunção de competência podem ser impugnadas por agravo de instrumento.
- b) A petição do agravo de instrumento será instruída com peças obrigatórias e facultativas e todas elas estão previstas expressamente no Código de Processo Civil.
- c) O agravo de instrumento pode ser interposto contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de

sentença, mas não é cabível no processo de execução.

- d) Na falta da cópia de qualquer peça, o relator deve, antes de considerar inadmissível o recurso, conceder prazo de 5 dias para que seja complementada a documentação exigível.
- e) É cabível contra decisão interlocutória que verse sobre tutelas provisórias, mas não sobre o mérito do processo.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

45. Em determinado inquérito policial, encerradas as investigações, a autoridade policial concluiu estar comprovada a materialidade delitiva, mas não haver indícios suficientes de autoria, motivo pelo qual ninguém foi indiciado. Nesse caso:

- a) Caberá ao MP promover pelo arquivamento, cabendo ao Juiz arquivar os autos do inquérito, mas será possível a retomada futura das investigações, desde que haja notícia de prova nova
- b) Caberá ao MP promover pelo arquivamento, cabendo ao Juiz arquivar os autos do inquérito, mas não será possível a retomada futura das investigações
- c) Caberá ao Juiz arquivar diretamente os autos do inquérito policial
- d) A própria autoridade policial, nesse caso, poderá mandar arquivar os autos do inquérito
- e) Caberá ao MP realizar diretamente o arquivamento do inquérito policial

46. Maria foi vítima de crime de ação penal pública condicionada à representação, em tese praticado por José. Ao final das investigações, o Ministério Público recebeu os autos do inquérito policial, mas não ofereceu denúncia. Nesse caso:

- a) Maria poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, desde que o MP não tenha adotado qualquer providência válida
- b) Maria poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, ainda que o MP tenha requerido o arquivamento do inquérito policial

c) Maria poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, no prazo de 06 meses, a contar da ciência da autoria delitiva

d) Maria não poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, pois esta somente é cabível no caso de ação penal pública incondicionada

e) Maria não poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, pois esta não foi recepcionada pela Constituição Federal

47. O Juiz não poderá exercer jurisdição no processo se:

- a) for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes
- b) ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia
- c) ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes
- d) for credor ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes
- e) ele próprio tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.

48. José foi denunciado pela prática do crime de estelionato (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa), tendo sido determinada sua citação. O Oficial de Justiça, no entanto, certifica que José se encontra atualmente em local desconhecido. Nesse caso, deverá o Juiz:

- a) determinar a suspensão do processo, mas não do curso do prazo prescricional
- b) determinar a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional
- c) determinar a citação de José por edital e, caso este não se defenda nem constitua advogado, determinar a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional
- d) determinar a citação de José por edital e, caso este não se defenda, determinar a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, ainda que o réu constitua advogado
- e) determinar a citação de José por hora certa

49. Analise as assertivas a seguir:

- I – José praticou crime de roubo simples (pena: reclusão de 04 a 10 anos e multa);
- II – Pedro praticou crime de furto simples (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa);
- III – Tiago praticou crime de estelionato (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa)
- IV – Ricardo praticou crime de tráfico ilícito de entorpecentes (pena: reclusão de 5 a 15 anos e multa)

Nesse caso, caberá APENAS ao Juiz conceder fiança nos casos previstos em:

- a) I
- b) I e IV
- c) I e III
- d) I, III e IV
- e) III e IV

50. Analise as assertivas a seguir:

- I – José foi preso em flagrante no momento em que subtraía a bolsa de Maria, sem violência ou grave ameaça;
- II – Pedro foi preso em flagrante logo após ter sido perseguido por policiais militares que foram informados sobre o fato de que este teria subtraído o celular pertencente a um pedestre;
- III – Tiago foi preso em flagrante pelo crime de receptação, no momento em que tentava comprar um suposto objeto celular que teria sido furtado por Ronaldo; Ronaldo, porém, era policial civil à paisana e preparou a situação para poder dar voz de prisão a Tiago;
- IV – Marcelo foi preso em flagrante pois foi encontrado, logo depois do crime de homicídio por ele praticado, portando a arma do crime e uma camisa ensanguentada, possivelmente pertencente à vítima.

Nesse caso, há modalidade válida de flagrante próprio apenas nos casos citados em:

- a) I e II
- b) I
- c) I e III

d) II e IV

e) II

51. O desaforamento é o deslocamento da competência territorial para julgamento pelo Tribunal do Júri. Sobre o desaforamento, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Poderá ser determinado quando houver comprovado excesso de serviço
- b) Poderá ser determinado quando houver dúvida sobre a imparcialidade dos jurados
- c) Poderá ser determinado quando houver dúvida sobre a segurança pessoal do acusado
- d) Não poderá ser requerido pelo assistente de acusação
- e) O próprio Juiz competente pode representar pelo desaforamento

52. Sobre o habeas corpus, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os Juízes e Tribunais podem impetrar habeas corpus, quando verificarem a existência de coação ilegal
- b) Se o habeas corpus for concedido em virtude de nulidade do processo, este não precisará ser renovado
- c) O Ministério Público não poderá impetrar habeas corpus
- d) Será cabível o manejo de habeas corpus em processo relativo a crime cuja pena de multa seja a única cominada
- e) O habeas corpus pode ser impetrado por qualquer pessoa, física ou jurídica

LEGISLAÇÃO

53. Considere

- I –proposição de projetos de normas.
- II - permuta ou remoção compulsória dos Desembargadores.
- III – concessão de licença aos Desembargadores.
- IV - permuta ou remoção voluntária dos Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição.

V - realização de concurso para ingresso na Magistratura de carreira, e respectivo regulamento.

Segundo o Regimento Interno, cabe ao Órgão Especial deliberar sobre

- a) Apenas em I, II e III
- b) Apenas em I, II, III e IV
- c) Apenas I e II
- d) Todos os itens
- e) Apenas em I, III, IV e V

54. Um jurista, para compor o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro será nomeado pelo

- a) presidente da República, entre três advogados escolhidos pelo Tribunal Pleno do TJ-RJ
- b) governador do Rio, entre três advogados escolhidos pelo Conselho da Magistratura do TJ-RJ.
- c) governador do estado do Rio, entre três advogados indicados pelo plenário do TJ-RJ
- d) presidente do TRE/RJ, entre três advogados escolhidos pelo Conselho da Magistratura do TJ-RJ
- e) presidente do TJ-RJ, entre três advogados escolhidos pelo Conselho da Magistratura do TJ-RJ

55. Pedro precisa expedir uma comunicação interna entre os agentes da Administração do Tribunal. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, Pedro expedirá um(a)

- a) Memorando
- b) Ofício
- c) Certidão
- d) Declaração
- e) Atestado

56. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, qual o nome do instrumento destinado a reunir informações acerca de informativos (software), produtos, serviços, informações a usuários internos ou externos que, por razões de ordem prática ou técnica, devam permanecer em separado da rotina administrativa

- a) parecer
- b) manual
- c) declaração
- d) atestado
- e) certidão

57. Ao _____ compete supervisionar e avaliar o primeiro biênio de exercício dos Juizes de primeiro grau, opinando sobre a aquisição ou não da vitaliciedade.

Preenche corretamente a lacuna acima

- a) Corregedoria-Geral de Justiça
- b) Conselho da Magistratura
- c) Órgão Especial
- d) Tribunal Pleno
- e) Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro

58. Ao _____ compete julgar os conflitos de competência entre o Conselho da Magistratura e qualquer Órgão Julgador do Tribunal.

Preenche corretamente a lacuna acima

- a) Corregedoria-Geral de Justiça
- b) Conselho da Magistratura
- c) Órgão Especial
- d) Tribunal Pleno
- e) Seção Cível

59. Considere

- I - Assessoria Técnica;
- II - Serviço Administrativo;
- III - Serviço de Apoio às Audiências e Sessões;
- IV - Divisão de Processos Judiciais;
- V - Serviço de Processamento Cível;

Conforme estabelecido a Resolução do Órgão Especial n. 01, são Unidades da Secretaria do Tribunal Pleno e do Órgão Especial

- a) Apenas em I, II e III
- b) Apenas em I, II, III e IV
- c) Apenas I e II
- d) Todos os itens

e) Apenas em I, III, IV e V

60. Considere

- I - Assessoria Técnica de Instrução;
- II - Secretaria do Conselho da Magistratura;
- III - Serviço de Autuação;
- IV - Serviço de Processamento;
- V - Serviço de Registro.

Conforme estabelecido a Resolução do Órgão Especial n. 01, são Unidades do Conselho da Magistratura

- a) Apenas em I, II e III
- b) Apenas em I, II, III e IV
- c) Apenas I e II
- d) Todos os itens
- e) Apenas em I, III, IV e V



Estratégia

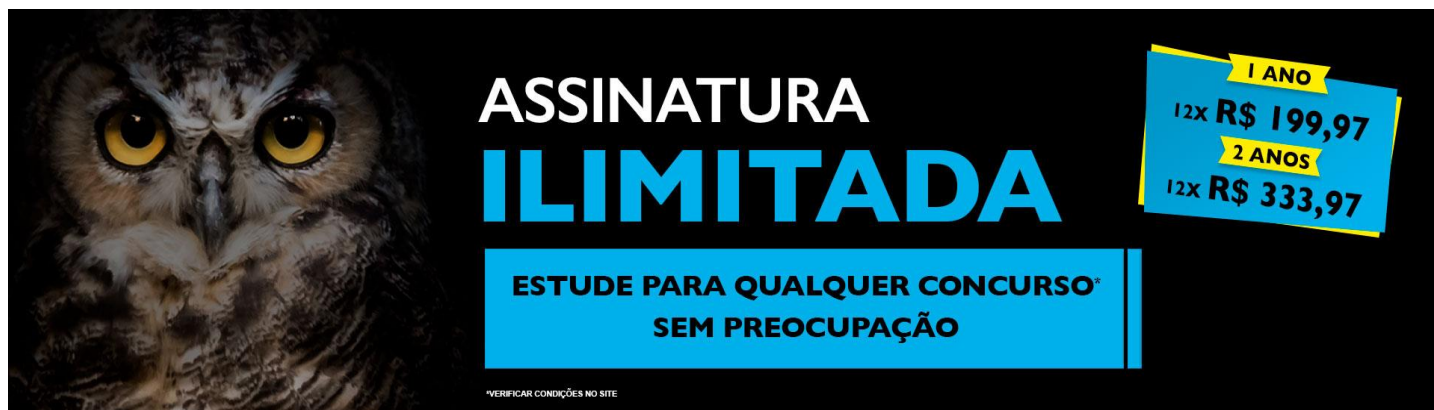
Concursos

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Técnico-29-03>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE